

TURISMO E SIGNIFICADOS DO TRABALHO: AS EXPERIÊNCIAS DE CONDUTORES DE VISITANTES E GUIAS DE TURISMO NA APA DO DELTA DO PARNAÍBA-PIAUI

TOURISM AND MEANINGS OF WORK: THE EXPERIENCES OF VISITOR DRIVERS AND TOURISM GUIDES IN THE DELTA DO PARNAÍBA-PIAUI

Amanda Maria dos Santos Silva¹

Francisca Maria dos Santos Silva²

RESUMO

A investigação a seguir tem por objetivo apresentar a atuação e as experiências de trabalho vivenciadas por condutores de visitantes e guias de turismo que atuam na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, no estado do Piauí. O fio condutor da análise se processa metodologicamente a partir da dialética marxiana, por meio de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e de campo e se materializa com a aplicação de 26 questionários semiestruturados. Os resultados revelam que os trabalhadores do setor que atuam na APA do Delta do Parnaíba possuem baixa remuneração, são submetidos a relações trabalhistas informais e tem sua força de trabalho explorada ao máximo para atender as exigências de turistas e dos contratantes que buscam esses trabalhadores. Essa situação culmina em um cenário de precarização do trabalho que apresenta como consequência a necessidade de inserção em outras atividades econômicas e/ou abandono da profissão por muitos sujeitos. Assim, o objetivo do trabalho foi alcançado e oferece uma ampliação nos estudos sobre o Turismo e os Mundos do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências de Trabalho - Condutores de Visitantes - Guias de Turismo - APA do Delta do Parnaíba.

ABSTRACT

The following investigation aims to present the work and experiences of work experienced by visitors drivers and tour guides working in the Environmental Protection Area of the Parnaíba Delta, in the state of Piauí. The conductive thread of the analysis is methodologically based on

the Marxian dialectic, through a qualitative approach, through bibliographical and field research and is materialized through the application of 26 semi-structured questionnaires. The results show that workers in the sector that work in the APA of the Parnaíba Delta have low pay, are subject to informal labor relations and have their work force exploited to the maximum to meet the demands of tourists and contractors seeking these workers. This situation culminates in a scenario of precariousness of work that presents as a consequence the necessity of insertion in other economic activities and / or abandonment of the profession by many subjects. Thus, the objective of the work was achieved and offers an amplification in the studies on Tourism and the Worlds of Work.

KEYWORDS: Work Experiences - Visitor Conductors - Tourism guides - APA of the Parnaíba Delta.

INTRODUÇÃO

O turismo vem crescendo de maneira acelerada e complexa e já se constitui em um dos mais importantes fatores de desenvolvimento social e econômico dos países com vocação turística. Em decorrência dessa expansão, mudanças tornam-se significativas e o mercado passa a exigir que a mão-de-obra seja cada vez mais qualificada. Este é um requisito básico e essencial para qualquer empreendimento, principalmente, para aqueles cujas atividades são exclusivamente de prestação de serviços, como é o caso do turismo.

O cenário que possibilita a presente investigação é o crescente desenvolvimento da atividade turística e a sua caracterização como um segmento destaque em todo mundo, em especial, nas comunidades que apresentam atrativos com potencial para o desenvolvimento do turismo. É possível perceber com essa situação a conexão entre o movimento global de exploração do Turismo com a rotina vivenciada na APA do Delta do Parnaíba, interferindo de forma direta no fazer-se de condutores de visitantes e guias de turismo local.

Dessa forma, o objetivo dessa investigação é analisar como se desenvolve a atuação do guia de turismo e do condutor de visitantes na APA do Delta do Rio Parnaíba – Piauí identificando as atribuições desses profissionais, analisando seu campo de atuação e demonstrando de que forma se dá a relação com o mundo do trabalho na APA do Delta do Parnaíba.

Na investigação deste trabalho utilizaremos como opção metodológica, a perspectiva dialética proposta por Marx. Partindo do movimento real da ação humana, como Marx (1989, p. 16) indica “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”. A principal forma de coleta de dados será através da pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

Os sujeitos desta pesquisa são 24 condutores de visitantes e 2 guias de turismo atuantes e que atuaram na APA do Delta do Parnaíba, nas cidades de Parnaíba, Cajueiro da Praia, Luís Correia e Ilha Grande que responderam a um questionário com 12 questões que tinha como objetivo levantar dados acerca da atuação desses profissionais.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TURISMO

As primeiras definições de turismo surgiu no século XVII, referindo-se a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* quer dizer volta tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *tornare*. O pesquisador suíço Arthur Haulot acredita que a origem da palavra está no hebraico *tur* que aparece na bíblia com o significado de viagem de reconhecimento (ANDRADE, 2002).

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (1997) o turismo é a soma de relações de serviços resultante de uma mudança de residência, temporária e voluntária, motivada por razões alheias, negócios ou profissionais.

Dessa forma, podemos analisar o turismo por diversos ângulos e citar definições diversas para a atividade. Segundo o olhar holístico de Jafar Jafari, turismo “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora” (JAFARI, 1998 *apud* BENI, 2007, p.36)

O Turismo é um setor econômico que apresenta elevados índices de crescimento no contexto mundial, atividade que proporciona grandes oportunidades e devido à presença da competitividade entre os destinos turísticos e prestadores de serviços da cadeia do turismo.

É indubitável, portanto que é preciso estar atento para proporcionar a satisfação de seus clientes, e observar que os profissionais como os guias de turismo e os condutores de visitantes são de extrema importância. Estes que representam uma agência ou operadoras,

tornando-se como cartão de visita para empresas, instituições e destinos turísticos, ou seja, são parte responsável pelo sucesso das empresas, instituições e operadoras e a consequente a satisfação do cliente.

Um dos seguimentos de destaque nesse setor é o ecoturismo, que de acordo com Rodrigues (2003, p. 85), “é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural”. Conti (2003, p. 56) conceitua o ecoturismo “como uma forma de desfrutar visitas a áreas naturais, promovendo, ao mesmo tempo, sua conservação e apelando para o envolvimento das populações locais”. Entre os mais diversos conceitos para o ecoturismo, o mais difundido no país é o de 1994 publicado nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, pela Embratur e Ministério do Meio Ambiente, a saber,

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Essa modalidade de turismo pode ser desenvolvida em Unidades de Conservação – UCs - que segundo Machado (2005) são áreas instituídas para a manutenção de espaços naturais de valor. O artigo 2º inciso I, da lei nº 9.985/00³, conceitua UCs como:

Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

As UCs, para Machado (2005, p. 22) são principal matéria-prima para o ecoturismo, “pela proteção a obras superiores da natureza, o que se refletirá em benefícios para toda a sociedade e o próprio ambiente natural.” Quando se fala em unidade de conservação,

No Brasil a Lei nº 9.985/00 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação em dois grupos que são: Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

Nas Unidades de Proteção Integral o objetivo principal é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O uso indireto, segundo a mesma lei, consiste naquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos. Nas Unidades de Uso Sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias (Art. 8º, Lei nº 9.985/00): Estação Ecológica Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. No grupo de Unidades de Uso Sustentável “estão contempladas as áreas naturais aptas para a prática do ecoturismo”. (MACHADO, 2005, p. 24) que são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A Área de Proteção Ambiental – APA é uma “área pública ou privada. Em geral de grande extensão, cujo objetivo é disciplinar o processo de ocupação da terra”. (MACHADO, 2005, p. 22). Geralmente apresentam variados graus de ocupação humana e visa assegurar a proteção dos recursos bióticos a abióticos, garantindo o bem-estar das populações humanas que vivem em seus limites.

A APA do Delta do Parnaíba foi criada pelo decreto de 28 de agosto de 1996, estando localizada nos municípios de Luís Correia, Morro da Mariana⁴ e Parnaíba, no Piauí; Araiões e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais, tendo como objetivos.

- I proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;
- II proteger remanescentes de mata aluvial;
- III proteger os recursos hídricos;
- IV melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI preservar as culturas e as tradições locais. (BRASIL, 1996)

Com esse decreto, a atividade turística passa a ser percebida como segmento passível de exploração e inserção da mão de obra local, que deposita no Turismo uma possibilidade de melhoria de vida, de inclusão e ascensão social. A relação trabalho e turismo passa a ser explorada de forma mais organizada e em virtude disso, torna-se necessário um debate acerca dessa relação.

TURISMO E TRABALHO: NOTAS CONCEITUAIS

Como ponto fundamental é necessário compreender o trabalho enquanto uma relação estabelecida entre homem e natureza. Seu processo se torna possível à medida que o homem interage, se apropria e transforma o meio que está inserido. Nessas circunstâncias dialeticamente transforma também a si mesmo, como nos mostra Marx (2013) “trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza”.

A partir desse movimento de transformação da natureza, o homem se “constrói”, atuando sobre a natureza externa a ele, modificando-a, enquanto simultaneamente tem sua própria natureza modificada (MARX, 2013). Logo, se entende que o trabalho é o elemento que possibilita a construção de uma identidade humana uma vez que esse processo permite a constituição de um “ser social” e é, por conseguinte um artifício fundamental de sua organização coletiva, pois, esse movimento possibilita sua organização em sociedade.

Torna-se necessário, contudo, caracterizar o trabalho em sua natureza dúplice, se por um lado ele possibilita a constituição do homem enquanto ser social pertencente/transformador de uma sociabilidade ele também tem como característica a alienação/estranhamento proporcionado pelo assalariamento e pelas condições em que suas atividades são desenvolvidas. Dessa forma o trabalho se desenvolve processualmente em suas dimensões basilares com seus aspectos positivos e negativos.

É importante ressaltar que em Marx existe uma relação conectada entre o trabalho útil-concreto (positivo), produtor de valores de uso indispensáveis à (re)produção humana e o trabalho abstrato (negativo), contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia indispensável a lógica do capital.

Dialeticamente Marx considera seus aspectos positivos e negativos, onde se debruça sobre a contribuição dada pelo trabalho, entre elas o “tornar-se homem” propiciado pela produção dos seus meios de subsistência.

[...] para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico, é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, mesmo a milhares de anos, deve ser cumprida todas as horas, para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2001, p. 39).

Dessa forma, o homem em seu contato com a natureza, se utiliza de suas forças vitais: pernas, braços, cabeça e mãos transformando a matéria prima contida na natureza para canalizar os recursos disponíveis com o objetivo de subsidiar sua vida social. Assim, o homem imprime na natureza a sua forma útil a vida humana. A partir desse movimento, o homem transforma a natureza e forja sua condição humana.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2001, p.27).

Nesses termos o trabalho pode ser exposto como um movimento de transformação/apropriação da natureza pelo homem com o objetivo de subsidiar sua existência. Marx (2013), ainda relacionado a esse processo, apresenta que outros animais tem essa interação com a natureza, contudo, nos mostra que por não ser uma atividade mediada pela consciência e sim por instinto, apenas ao homem carrega consigo esse status transformador da natureza com a finalidade de prover sua existência. Isso fica claro quando ele expõe que

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (MARX, 2013, p. 212).

Com isso Marx (2013) afirma que o processo em sua integralidade, desde a formulação até a execução pertence exclusivamente ao homem, ao trabalhador. Ele não apenas transforma o material que está a sua disposição como dá uma materialidade/utilidade a partir de um projeto desenvolvido a priori em sua consciência, construindo valores de uso, compreendidos como a transformação da natureza em elementos úteis a manutenção da vida humana. Contudo,

Comumente, na contemporaneidade, a noção de trabalho muitas vezes se confunde com o emprego, o que devemos atentar para o fato de que são duas categorias diferentes, pois enquanto trabalho é uma condição inerente ao homem, o emprego é

uma situação socialmente determinada que implica ter condições e direitos assegurados (NASCIMENTO, 2015, p. 9).

Para compreender as relações de trabalho e emprego dos condutores de visitantes e dos guias de turismo que atuam na APA do Delta, serão apresentadas a seguir as especificidades de cada segmento de trabalhadores e de que forma se dá a atuação cotidiana desse grupo de trabalhadores.

GUIA DE TURISMO E CONDUTOR DE VISITANTES: A ATUAÇÃO DA CATEGORIA DA APA DO DELTA DO PARNAÍBA

Os guias de turismo são profissionais devidamente cadastrados no Ministério do Turismo, sob o regimento da Lei 8.623, de 28 de janeiro de 1993 que no art. 2º, cita:

Para os efeitos desta Lei, é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. (BRASIL, 1993)

Na obra “Guia de Turismo – o Profissional e a Profissão”, as autoras Chimenti e Tavares (2013, p. 17) afirmam que

O guia de turismo é uma das figuras que melhor representa a imagem coletiva do turismo. A imagem do guia saindo com seu grupo de um ônibus é tão comum no imaginário das pessoas quanto a do turista de bermuda, camisa florida, chapéu e máquina fotográfica pendurada no pescoço.

Em seu artigo 8º, a Portaria 27/2014 também chama a atenção para não haver equívoco quanto a uma novidade: a atividade de guia de turismo não se confunde com o exercício das atividades de condutor de visitantes em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais e de monitor de turismo. Brasil (2014, p. 110):

§1º Nos termos da legislação, considera-se condutor de visitantes em unidades de conservação o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinada unidade, cadastrado no órgão gestor, e com a atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área.

§ 2º Considera-se monitor de turismo a pessoa que atua na condução e monitoramento de visitantes e turistas em locais de interesse cultural existentes no município, tais como museus, monumentos e prédios históricos, desenvolvendo atividades interpretativas fundamentadas na história e memória local, contribuindo para a valorização e conservação do patrimônio histórico existente, não sendo permitida ao monitor de turismo a condução de visitantes fora dos limites do respectivo local.

A profissão é a única dentro do escopo da atividade que possui reconhecimento e regulamentação do Ministério do Turismo, devido a sua importância para o desenvolvimento e qualificação de um destino. Logo, ela exige dos atores atuantes cursos específicos de formação e cadastramento obrigatório junto àquele órgão. No Brasil a função do guia de turismo foi reconhecida como profissão com a elaboração da primeira versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 1982.

Entre os nossos sujeitos 2 atuam como guias de turismo e 23 como condutores de visitantes, entre eles temos 08 que são do sexo feminino e 17 do sexo masculino. A faixa etária é diversificada, tendo como maioria, trabalhadores com mais de 40 anos de idade. A seguir, são apresentados alguns dados relacionados aos mesmos, que nos ajudam a compreender a atuação trabalhista e suas implicações na APA do Delta do Parnaíba.

Com relação aos níveis de escolaridade, treze possuem ensino médio completo, 10 possuem nível superior, um possui ensino fundamental e um tem o ensino superior incompleto. É possível notar que os trabalhadores pesquisados possuem certo grau de instrução formal o que em teoria, garantiria um espaço no mercado de trabalho.

A teoria do capital humano refere-se a capacidade produtiva dos indivíduos de gerar riqueza e sua distribuição. De forma bastante simples, a teoria diz que educação e treinamento afetam o desenvolvimento e a performance do indivíduo no exercício do trabalho ou seja, os indivíduos mais educados e mais bem treinados produzem mais e melhor. Partindo-se do pressuposto que as pessoas são remuneradas conforme seu desempenho, a predição da teoria do capital humano é que trabalhadores mais bem qualificados são mais bem remunerados porque são mais produtivos (ARBACHE, 2001, p.37)

Nesse contexto, o trabalhador é submetido a condição de reprodutor, não só dentro do processo produtivo como também do sistema vigente, onde passa a ser responsabilizado de seu lugar na sociedade, fazendo com que ele compreenda que tanto sua condição de desemprego ou de seus baixos salários tem relação direta e exclusiva com o seu interesse em buscar qualificação.

Para além da formação universitária, os cursos de qualificação profissional são realizados por muitos desses profissionais, que buscam uma melhor colocação no mercado local. Na tabela 01 apresentada a seguir é possível visualizar quais cursos foram realizados e quantos dos nossos pesquisados passaram por essa forma de ensino.

Tabela 01: Lista de cursos de qualificação realizados

Cursos de Qualificação Realizados	Número de Participantes
Curso de Condutor de Visitantes	13
Curso de Idiomas	01
Curso de Hospitalidade	01
Curso de Meio Ambiente	01
Curso de Informações Turísticas	01
Qualidade no Atendimento ao Cliente	01
Não Possui Cursos de Qualificação	05

Tabela 01: Lista de cursos de qualificação realizados

Fonte: Pesquisa Direta (2016)

Tendo uma visualização do grau de instrução desses trabalhadores, investigamos a forma de contratação dos mesmos, entre os 23 pesquisados apenas dois tem sua situação trabalhista formalizada, tendo, dessa forma os direitos trabalhistas garantidos. Os demais dependem da procura direta dos turistas que visitam a região e das agências de turismo que contratam seus serviços. Essa flexibilização do trabalho como apontam Lima, Barros e AGUIAR (2012, p.111)

[...] revela o “benefício” para os empresários em ofertar trabalhos flexibilizados. O mais relevante dos motivos é compatível com a lógica do capital: lucro, já que se minimiza a obrigatoriedade de pagar encargos trabalhistas. Tendo em vista que o valor pago por estes tributos representam praticamente o dobro do salário oferecido ao trabalhador, o “peso” desses impostos são vistos como “fardos” ao empresariado.

Essa realidade se materializa quando questionamos a percepção os guias e condutores da APA do Delta acerca da valorização da categoria. Entre os 19 trabalhadores que atuam no segmento, 16 possuem outra atividade para compor a renda familiar, uma vez que, o emprego ligado ao Turismo não tem remuneração suficiente. Essa instabilidade é apontada como um dos fatores que culminaram no abandono da atividade por alguns dos nossos sujeitos. O Ex-condutor 01⁵ aponta que “a necessidade de um trabalho fixo, de se estabelecer pessoalmente e de ter uma renda fixa” motivou sua saída do segmento.

Sobre a rentabilidade do trabalho como guia de turismo ou condutor de visitantes o Condutor 01 informa que “o trabalho não é bem remunerado, é pouco para o tipo de trabalho que a gente faz”. Com relação à rotina de trabalho dos trabalhadores do turismo, José (2014) citado por Silva (2014) descreve como se dá sua atuação na APA do Delta.

Na maioria das vezes eu acompanho um passeio por dia. Que sai às 8 da manhã e volta às 4 da tarde. Dependendo do turista a gente fica até mais porque não tem a obrigação de fazer a vontade dele. Se eu faço um passeio com você claro que eu tenho que tirar o meu dinheiro, mas você tem que ficar satisfeita pra poder voltar e trabalhar comigo ou me indicar pra algum amigo. Se não, eu fico sem trabalho e sem o sustento de casa que eu tiro do turismo nesses períodos de alta temporada.

Assim conectamos essa realidade ao que aponta Marx (2013, p. 23)

O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens.

Ao aprofundar nossa investigação com os condutores que atuavam na APA do Delta do Parnaíba buscamos evidenciar as motivações que levavam alguns desses trabalhadores abandonarem a atividade, destacamos o que nos apresenta o Condutor 02

Aturei como guia até ser diplomado juntamente com mais 27 guias. Na época eu cobrava R\$100,00 pelo trabalho de guia no delta e R\$80,00 o City Tour. Meus colegas baixaram o preço para R\$30,00 Delta e R\$25,00 o City Tour, Com essa tabela resolvi me aposentar como guia.

A situação de exploração da força de trabalho é uma constante quando a pauta é a falta de estímulo para se manter na profissão e se conecta com o que apontam Tavares e Chimenti (2013, p.37)

Muitos optam por deixar a profissão no momento em que precisam encontrar um emprego mais estável para se casar e/ou ter filhos. Isso ocorre de modo generalizado em diversos países, sendo uma característica da função, não do turismo no Brasil.

Outro ponto que merece destaque em nossa análise é a inserção do poder público e das políticas voltadas ao desenvolvimento do Turismo na localidade, segundo o Condutor 03 “Na cidade há muitos lugares, serviços que podem ser prestados como fonte de renda no âmbito turístico, mas falta estrutura, apoio da gestão municipal e da gestão da secretaria de turismo”.

Existe uma espera e, em alguns aspectos, uma esperança depositada nas ações que são ligadas ao poder público. Muito se espera desse núcleo enquanto catalizador do Turismo no Piauí. Essa é uma realidade de muitas localidades que veem na atividade uma alternativa para a superação das péssimas condições de vida, contudo, não são levados em consideração os interesses do Estado nessa relação o que ajuda a caracterizar o descrito por Thevenin (2011, p.130)

No capitalismo, o Estado tem sido uma das forças propulsoras e facilitadoras do desenvolvimento econômico, ampliando a acumulação do capital. Na atividade turística isto não tem sido diferente, embora tenha sido ideologicamente implantada na sociedade a ideia de que desenvolvimento econômico é igual a progresso e a melhoria social, a realidade sob o capitalismo tem se mostrado uma oposição a essa afirmação. Quanto mais perdura e se amplia a economia capitalista, maiores têm sido as desigualdades e os problemas sociais.

O debate sobre a atuação dos trabalhadores do setor do turismo na APA do Delta do Parnaíba, em especial de guias de turismo e de condutores de visitantes perpassam indicadores sociais, políticos, econômicos e sociais. Diante disso, as experiências narradas apresentam uma conexão com a estrutura da sociabilidade capitalista que produz desigualdades, exploração, subempregos e baixa valorização dos profissionais que estão inseridos no segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas nesta pesquisa, é possível enfatizar que o turismo se concretizou como segmento destaque da economia desde sua transmutação em mercadoria no pós Revolução Industrial. As mudanças na carga horária de trabalho, a melhoria dos salários dos trabalhadores e as férias remuneradas contribuíram diretamente para a consolidação desse quadro.

Assim, foi possível apreender nesta investigação, com a aproximação da teoria marxiana, que o trabalho dentro da sociabilidade do capital ao mesmo tempo em que produz o homem com tal lança as bases para a sua alienação e para a exploração de sua força de trabalho.

Esta realidade é encontrada e percebida nas falas dos trabalhadores que atuam/atuaram como condutores de visitantes e guias de turismo na Apa do Delta do Parnaíba, quando são apresentadas as formas de absorção da mão de obra, a baixa remuneração a que os mesmos são submetidos e a larga jornada de trabalho que é característica do Turismo.

O turismo e os mundos do trabalho ainda carecem de maior reflexão, o foco de grande parte das pesquisas na área tem como principais sujeitos os turistas e suas vivências/experiências. Esta investigação apresenta um esforço para a construção de uma literatura que faça esse debate e compreenda como se caracterizam as relações de trabalho entre os trabalhadores do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ARBACHE, Jorge Saba. **O Mercado de Trabalho na Atividade Econômica do Turismo no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. 12. ed. rev. SENAC/São Paulo, 2007

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL . Lei Nº 8.623, de 28 de Janeiro de 1993 sobre a Profissão de Guia de Turismo e dá outras Providências. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11773/1/2014_dis_amssilva.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

_____. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

CHIMENTI, Silvia. TAVARES, Adriana de Meneses. Guia de Turismo: O profissional e a profissão. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

CONTI, José Bueno. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. In RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Camilla Alves. BARROS, Edgla Maria Costa. AGUIAR, Cássio Adriano de. Flexibilização e Intensificação Laboral: Manifestações da Precarização do Trabalho e suas Consequências para o Trabalhador. **Revista Labor**. nº 7, v.1, 2012. ISSN: 19835000

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Vol I, Livro I. O processo de produção do capital. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do. Pronatec e mundo do trabalho: qualificação profissional para o mercado da informalidade? **Revista LABOR** nº 13, v.1, 2015 ISSN: 19835000

OMT. **An introduction to TEDQUAL** – methodology for quality in tourism education and training. Madri: Organização Mundial do Turismo, 1997.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. Na Safra do Turismo. In Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003

THEVENIN, J. M. R. O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr. 2011.

¹ Mestre em Educação Brasileira (UFC). Bacharel em Turismo (UFPI). Licenciada em História (UESPI) Professora Auxiliar no Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí. E-mail: amssphb@gmail.com

² Graduanda em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI / Parnaíba. E-mail: franciscaphb36@hotmail

³ A Lei Nº 9.985, de 18 DE julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

⁴ Hoje denominada Ilha Grande

⁵ Com o objetivo de resguardar os colaboradores da pesquisa os seus nomes não foram revelados.

RECEBIDO EM: Novembro de 2016

APROVADO EM: Dezembro de 2016